

SUMÁRIO

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	17
1.1 Evolução histórica	17
1.2 Direito estrangeiro	19
1.3 Denominação	20
1.4 Conceito	21
1.5 Abrangência	21
1.6 Autonomia	21
1.7 Relações com outros ramos do Direito.....	22
1.8 Natureza jurídica	23
1.9 Fontes	23
1.10 Interpretação.....	26
1.11 Integração	28
1.12 Eficácia no tempo	30
1.12.1 Instrução Normativa 41/2018 do TST.....	33
1.13 Eficácia no espaço.....	43
1.14 Princípios	43
1.15 Formas de solução dos conflitos.....	50
1.16 Comissão de Conciliação Prévia	64
Capítulo 2 – JUSTIÇA DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	67
2.1 Organização da Justiça do Trabalho.....	67
2.2 Órgãos e serviços auxiliares da Justiça do Trabalho.....	72
2.3 Ministério Público do Trabalho	73
Capítulo 3 – COMPETÊNCIA	85
3.1 Conceito	85
3.2 Classificação.....	85
3.3 Competência criminal.....	88
3.4 Competência da Justiça do Trabalho	89
3.4.1 Relação de trabalho.....	89
3.4.2 Entes de direito público externo.....	103
3.4.3 Servidores públicos	103

3.4.4	Greve.....	106
3.4.5	Representação sindical e conflitos sindicais.....	107
3.4.6	Mandado de segurança	110
3.4.7	<i>Habeas corpus</i>	110
3.4.8	<i>Habeas data</i>	110
3.4.9	Danos morais e materiais decorrentes da relação de trabalho.....	111
3.4.10	Penalidades administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização do trabalho	112
3.4.11	Execução de contribuições sociais	112
3.4.12	Dissídio coletivo	113
3.4.13	Conflitos de competência	114
3.4.14	Competência nos casos de falência e recuperação de empresa.....	116
3.5	Competência em razão do lugar.....	116
3.5.1	Local da prestação do serviço.....	118
3.5.2	Agentes ou viajantes comerciais.....	119
3.5.3	Empresa que realize atividade fora do lugar do contrato.....	119
3.6	Competência internacional	120
3.7	Cooperação jurídica internacional	120
3.8	Competência de juízo e distribuição.....	122
3.9	Competência funcional.....	123
Capítulo 4 – ATOS PROCESSUAIS E PRAZOS		125
4.1	Processo, procedimento e ato processual.....	125
4.2	Forma dos atos processuais	128
4.3	Prazos processuais	134
4.4	Comunicação dos atos processuais	140
4.5	Preclusão	149
4.6	Perempção.....	150
4.7	Informatização do processo.....	150
4.7.1	Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	151
4.7.2	Processo eletrônico.....	153
4.8	Nulidades processuais.....	161
Capítulo 5 – PARTES E TERCEIROS		166
5.1	Conceito	166
5.2	Sucessão das partes.....	166
5.3	Capacidade processual.....	168
5.4	Mandato	171
5.5	Assistência judiciária.....	174
5.6	Direitos e garantias da advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e do advogado que se torna pai.....	181

5.7	Deveres das partes e litigância de má-fé.....	182
5.8	litigância abusiva.....	186
5.9	Litisconsórcio	187
5.10	Intervenção de terceiros.....	190
5.11	Substituição processual.....	199
Capítulo 6 – AÇÃO TRABALHISTA.....		206
6.1	Direito de ação.....	206
6.2	Elementos da ação.....	206
6.3	Condições da ação	208
6.4	Pressupostos processuais	209
6.5	Petição inicial.....	210
6.6	Pedido	215
6.7	Emenda da petição inicial.....	219
6.8	Indeferimento da petição inicial.....	219
6.9	Improcedência liminar do pedido.....	221
6.10	Distribuição da ação	222
Capítulo 7 – PROCEDIMENTO		224
7.1	Processo e procedimento	224
7.2	Procedimento ordinário	225
7.3	Procedimento sumaríssimo	230
7.4	Procedimento de alçada	233
7.5	Procedimento nas ações decorrentes da ampliação da competência da Justiça do Trabalho.....	235
7.6	Suspensão do processo	235
Capítulo 8 – DEFESA.....		239
8.1	Respostas do réu.....	239
8.2	Exceções	239
8.3	Contestação	243
8.4	Reconvenção	246
8.5	Questão prejudicial	248
8.6	Revelia.....	249
Capítulo 9 – PROVAS.....		252
9.1	Objeto da prova	252
9.2	Ônus da prova	253
9.3	Valoração da prova	258
9.4	Produção antecipada da prova	259
9.5	Meios de prova.....	261
9.5.1	Depoimento pessoal.....	263
9.5.2	Confissão.....	265

9.5.3	Documentos.....	267
9.5.4	Ata notarial.....	274
9.5.5	Testemunhas.....	275
9.5.6	Perícia	282
9.5.7	Inspeção judicial.....	291
Capítulo 10 – SENTENÇA		292
10.1	Pronunciamentos do juiz.....	292
10.2	Tipos de sentença	293
10.3	Ordem cronológica preferencial para proferir sentenças e acórdãos...	296
10.4	Julgamento antecipado do mérito	298
10.5	Improcedência liminar do pedido.....	299
10.6	Requisitos da sentença	299
10.7	Honorários advocatícios	306
10.8	Custas e despesas processuais	316
10.9	Conciliação, desistência da ação e homologação judicial.....	318
10.10	Coisa julgada.....	322
10.11	Coisa julgada criminal e efeitos no processo do trabalho.....	325
Capítulo 11 – RECURSOS		327
11.1	Conceito	327
11.2	Princípios	327
11.3	Classificação.....	331
11.4	Pressupostos recursais.....	331
11.5	Efeitos.....	344
11.6	Recurso ordinário	347
11.7	Agravo de instrumento.....	349
11.8	Recurso de revista	352
11.9	Embargos no TST	361
11.10	Agravo regimental ou agravo interno.....	362
11.11	Embargos de declaração	364
11.12	Agravo de petição	367
11.13	Recurso extraordinário.....	368
11.14	Recurso adesivo	371
11.15	Correição parcial.....	371
11.16	Pedido de revisão	372
11.17	Remessa de ofício	373
11.18	Incumbências do relator.....	374
11.19	Uniformização da jurisprudência	376
11.20	Ordem dos processos no tribunal.....	378
11.21	Incidente de assunção de competência.....	382
11.22	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	383

11.23	Incidente de resolução de demandas repetitivas	384
11.24	Reclamação	388
Capítulo 12 – EXECUÇÃO		390
12.1	Liquidação	390
12.2	Execução	404
12.3	Hipoteca judiciária e execução indireta	408
12.4	Normas aplicáveis na execução	409
12.5	Competência na execução	410
12.6	Legitimidade na execução	410
12.7	Responsabilidade patrimonial	412
12.8	Desconsideração da personalidade jurídica	414
12.9	Fraude à execução	418
12.10	Ato atentatório à dignidade da Justiça	421
12.11	Título executivo	422
12.12	Execução definitiva e provisória	423
12.13	Execução de prestações sucessivas	425
12.14	Execução de obrigação alternativa	426
12.15	Execução de obrigação de fazer ou de não fazer	426
12.16	Execução de obrigação de entregar coisa	429
12.17	Execução de obrigação de pagar quantia certa	431
12.18	Embargos à execução	435
12.19	Impugnação do exequente	445
12.20	Embargos de terceiro	445
12.21	Penhora	448
12.22	Bens penhoráveis e bens impenhoráveis	453
12.23	Avaliação	457
12.24	Arrematação	458
12.25	Adjudicação	464
12.26	Remição	467
12.27	Alienação por iniciativa particular	467
12.28	Execução de contribuições previdenciárias	468
12.29	Execução contra a Fazenda Pública	469
	12.29.1 Comprometimento de receitas correntes líquidas	484
	12.29.2 Acordo direto para pagamento de precatório de grande valor	486
	12.29.3 Acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública	486
12.30	Execução contra a massa falida	487
12.31	Execução contra empresa em liquidação extrajudicial	496
12.32	Reunião de execuções	497
12.33	Regime centralizado de execuções contra entidades de prática desportiva	499
12.34	Custas e emolumentos na execução	504

12.35	Suspensão da execução.....	507
12.36	Desistência da execução.....	508
12.37	Extinção da execução	508
12.38	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	509
Capítulo 13 – DISSÍDIO COLETIVO		513
13.1	Conceito e classificação	513
13.2	Competência	516
13.3	Legitimidade.....	516
13.4	Procedimento.....	519
13.5	Julgamento.....	522
13.6	Recursos	525
13.7	Extensão e revisão	525
13.8	Ação de cumprimento	527
Capítulo 14 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA		530
14.1	Tutela jurisdicional metaindividual.....	530
14.2	Direitos metaindividuais	531
14.3	Danos materiais e morais coletivos.....	532
14.4	Legitimidade.....	533
14.5	Competência	535
14.6	Rol dos substituídos	536
14.7	Litispendência	536
14.8	Coisa julgada.....	537
14.9	Despesas processuais e honorários advocatícios	539
14.10	Prescrição na ação civil pública.....	540
14.11	Liquidação e execução	540
14.12	Processo estrutural.....	542
Capítulo 15 – TUTELA PROVISÓRIA		545
15.1	Classificação.....	545
15.2	Disposições gerais	546
15.3	Tutela de urgência.....	548
15.4	Tutela antecipada antecedente.....	550
15.5	Tutela cautelar antecedente	552
15.6	Tutela da evidência	557
15.7	Tutela provisória em face da Fazenda Pública	558
15.8	Tutela provisória na sentença.....	560
Capítulo 16 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS		561
16.1	Inquérito para apuração de falta grave.....	561
16.2	Ação de consignação em pagamento.....	565
16.3	Ação de exigir contas	567

16.4	Ações possessórias.....	569
16.5	Oposição.....	570
16.6	Habilitação	571
16.7	Restauração de autos	571
16.8	Ação monitória.....	572
16.9	Mandado de Segurança	575
16.10	<i>Habeas corpus</i>	584
16.11	<i>Habeas data</i>	587
16.12	Mandado de injunção	588
16.13	Ação rescisória.....	591
16.13.1	Natureza jurídica	591
16.13.2	Cabimento.....	591
16.13.3	Competência	593
16.13.4	Legitimidade.....	595
16.13.5	Hipóteses de admissibilidade.....	596
16.13.6	Prazo	602
16.13.7	Procedimento.....	604
16.13.8	Depósito prévio	606
16.13.9	Decisão	607
16.13.10	Recurso	608
16.14	Notificação, interpelação e protesto judicial	609
16.15	Homologação de acordo extrajudicial	611
16.16	Ação anulatória de convenção e acordo coletivo de trabalho.....	613
	Bibliografia	619